

Universidade de Brasília (UnB)  
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)  
Bacharelado em Ciências Contábeis

camilaferraz rocha

*IMPAIRMENT* NO SETOR PÚBLICO:  
Um estudo de caso da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Brasília, DF  
2013

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo  
Reitor da Universidade de Brasília

ProfessorDoutor Mauro Luiz Rabelo  
Decano de Ensino de Graduação

Professor DoutorJaime Martins de Santana  
Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Tomás de Aquino Guimarães  
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos  
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva  
Coordenador Geral do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de  
Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN

Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva  
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes  
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - noturno

camilaferraz rocha

*IMPAIRMENT NO SETOR PÚBLICO:*  
Um estudo de caso da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:  
Prof.<sup>a</sup> Mestre Rosane Maria Pio da Silva

Linha de pesquisa:  
Contabilidade para Tomada de Decisão

Área:  
Contabilidade, finanças e orçamento públicos

Brasília, DF  
2013

ROCHA, Camila Ferraz

*Impairment* no setor público: Um estudo de caso da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL / Camila Ferraz Rocha -- Brasília, 2013.  
20 p.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Mestre Rosane Maria Pio da Silva

Trabalho de Conclusão de curso (Artigo - Graduação) – Universidade de Brasília, 2º Semestre letivo de 2012.  
Bibliografia.

1. *Impairment* 2. Reavaliação 3. Depreciação 4. Setor Público I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Título.

CDD –

camilaferraz rocha

*IMPAIRMENT* NO SETOR PÚBLICO:

Um estudo de caso da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, avaliado pela seguinte comissão examinadora:

Prof.<sup>a</sup> Mestre Rosane Maria Pio da Silva  
Orientador  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais  
Universidade Brasília (UnB)

Prof.<sup>a</sup> Mestre Diana Vaz de Lima  
Examinador  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais  
Universidade Brasília (UnB)

Brasília, DF, 27 de fevereiro de 2013.

Aos meus amados pais, esposo e irmão, por serem tudo o que importa na minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela inspiração.

À minha orientadora, pela paciência e boa-vontade.

Ao Superintendente de Administração e Finanças da ANEEL, pelo apoio e por permitir utilização dos dados necessários à pesquisa.

## **IMPAIRMENT NO SETOR PÚBLICO:**

Um estudo de caso da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

### **RESUMO**

A convergência dos procedimentos contábeis brasileiros com as Normas Internacionais de Contabilidade trouxe como inovação a obrigatoriedade de revisão dos valores dos ativos. Um dos instrumentos indicados para essa avaliação é a Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*). O setor público também tem se adaptado às normas internacionais, orientando-se pelas IPSAS e NBCASP. O objetivo deste trabalho é a análise das particularidades e dos desafios da aplicação do *impairment* no setor público. A pesquisa foi baseada na literatura existente, principalmente na consulta aos normativos contábeis emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, a STN e à legislação vigente no Brasil, além das normas emitidas pelo IFAC. Como análise prática, foi aplicado o procedimento aos bens móveis da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com base nas disposições da Macrofunção SIAFI nº 020330. Como resultado, verificou-se que o valor total do Ativo Imobilizado da Agência encontrava-se supervalorizado em, aproximadamente, 16,15%. A regulamentação do *impairment*, não foi suficiente para elucidar todos os questionamentos surgidos, sendo, em alguns casos, prejudicada a própria compreensão das definições apresentadas pelas normas.

**Palavras-chave:** 1. *Impairment*. 2. Reavaliação. 3. Depreciação. 4. Setor Público.

## **1 INTRODUÇÃO**

A evolução da Contabilidade tem trazido inovações para as formas de avaliação dos ativos das entidades. No Brasil, muitos anos foram dedicados ao cumprimento da interpretação de que a base de valor de um ativo imobilizado, em qualquer hipótese, seria o custo histórico. Na Contabilidade Pública, regida pela Lei 4.320/64, essa interpretação também foi consolidada pela previsão de que os bens móveis e imóveis deveriam ser avaliados pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou construção.

No ano de 2007, a Resolução 1.111, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aprovou o apêndice II à Resolução 750/93, apresentando a interpretação dos Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público. Na análise do Princípio do Registro pelo Valor Original, essa resolução aponta que o valor original não se confunde com o custo histórico, sendo fruto de consensos de mensuração, baseados em valores de entrada e saída, desmistificando a noção de que o valor do ativo deve ficar estático ao longo do tempo.

As mudanças fundamentais observadas na Contabilidade nos últimos tempos resultam do processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade. Como iniciativa da própria Administração Pública Federal, notamos a designação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por meio da Portaria 184/2008, emitida pelo Ministério da Fazenda, para promover as ações necessárias à convergência das normas aplicáveis ao setor público vigentes às editadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.



Dentre as normas editadas pelo IFAC, destacam-se as que introduzem o conceito e contabilização da Redução ao Valor Recuperável. As IPSAS (*International Public Sector Accounting Standards*) de nº 21 – Redução ao Valor Recuperável Ativos Não Geradores de Caixa (*Impairment of Non-Cash-Generating Assets*) e de nº 26 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos Geradores de Caixa (*Impairment of Cash-Generating Assets*) tratam da aplicação desse procedimento aos ativos públicos.

Em linhas gerais, a Redução ao Valor Recuperável, mais conhecida pelo termo em inglês *Impairment*, seria o instrumento utilizado para o reconhecimento da redução da capacidade de geração de benefícios futuros de um ativo superior ao desgaste registrado pela depreciação. Em outras palavras, sendo constatado que um ativo apresenta redução na capacidade de geração de benefícios, deve ser registrada a diminuição correspondente do valor do ativo como perda por *impairment*, de forma que as demonstrações contábeis passem a refletir melhor a realidade dos ativos da entidade, favorecendo a publicação de informações de maior qualidade aos usuários.

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, emitidas pelo CFC, também fazem menção à Redução ao Valor Recuperável, destacando-se a NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, bem como o Manual do SIAFI, editados pela STN, apresentam diretrizes para a aplicação do *Impairment*, tornando sua aplicação obrigatória para os órgãos e entidades desse setor.

O que se verifica, contudo, é que essas normas não definem de forma esclarecedora os critérios e os procedimentos para a aplicação do teste de *impairment*, gerando inúmeras dúvidas acerca do reconhecimento da perda, da evidenciação e, sobretudo, de sua mensuração. A ausência de um modelo detalhado implica em demasiada dependência do julgamento do agente competente, podendo trazer distorções à informação contábil.

Na discussão sobre a redução ao valor recuperável, os principais questionamentos giram em torno da necessidade e viabilidade de aplicação do procedimento no setor público, da forma de apuração e quais seriam os usuários que poderiam se beneficiar pela informação, dentre outros. Diante desse contexto, este trabalho apresenta a seguinte problemática: Quais as particularidades e os desafios da aplicação do teste de *impairment* no setor público? Para sua concretização, será apresentado estudo de teste realizado em ativos imobilizados da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para a melhor compreensão da redução ao valor recuperável, é importante conhecer as principais mudanças nos critérios de avaliação e mensuração dos ativos, impulsionadas pela convergência com as normas internacionais.

### 2.1 Mensuração dos Ativos Públicos

O conceito de Ativo apresentado na 4ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Portaria STN nº 406/2011, coincide literalmente com o apresentado pelo CFC na NBC TG Estrutura Conceitual, publicada pela Resolução 1.374/2011, qual seja: “Ativos são recursos controlados pela entidade como resultado de

eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços” (MCASP, p.14).

Para este artigo, escolheu-se limitar o estudo ao Ativo Imobilizado, mais especificamente ao grupo dos Bens Móveis, cujo montante é decorrente da aquisição ou incorporação de bens tangíveis que podem ser transportados sem prejuízo de sua substância ou da função a que se destina. (MCASP, 2011, p.61)

A preocupação com a estaticidade dos valores do ativo há muito desafia o princípio do custo como base de valor. De acordo com Sweeney(1964, apud TINOCO, 1992, p. 2), já em 1918, os autores Paton e Stevenson questionaram a dependência absoluta do custo histórico para certas situações, ao publicarem o livro “Principles of Accounting”.

De acordo com Tinoco (1992, p.4), o autor Kenneth Mac Neal, em 1939, sugeriu a diferenciação na avaliação dos ativos, sendo que os ativos negociáveis deveriam ser avaliados pelo valor de saída, os ativos imobilizados deveriam ser avaliados pelo custo de reposição e os ativos ocasionais não negociáveis e não reproduzíveis deveriam ser avaliados pelo custo histórico. Nessa linha, a avaliação de ativos poderia ser feita de duas formas: pelo Valor de Entrada (valor de compra ou custo de reposição) e pelo Valor de Saída (valor de venda no mercado).

Na esfera pública, a Lei 4.320/64 determina que os bens móveis e imóveis sejam avaliados pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou construção. A única possibilidade de atualização desses valores estaria na reavaliação, prevista no §3º do art. 106. Considerando, no entanto, que a lei apenas autorizou a reavaliação sem torná-la obrigatória, não havia interesse dos órgãos e entidades públicos em executar esse procedimento, portanto, os valores registrados para os bens móveis mantiveram-se defasados, sem a mínima correspondência com a realidade. Um exemplo notável seria o caso de bens de informática, que tendem a se tornar obsoletos muito rapidamente em função da evolução tecnológica, mas que mantinham sua avaliação de acordo com o valor de aquisição.

A Resolução CFC 1.111/07 trouxe as perspectivas do Princípio do Registro pelo Valor Original aplicáveis ao setor público iniciou a mudança. Segundo essa norma, os elementos patrimoniais devem ser avaliados pelo valor original, conforme a descrição transcrita abaixo:

Valor Original, que ao longo do tempo não se confunde com o custo histórico, corresponde ao valor resultante de consensos de mensuração com agentes internos ou externos, com base em valores de entrada – a exemplo de custo histórico, custo histórico corrigido e custo corrente; ou valores de saída – a exemplo de valor de liquidação, valor de realização, valor presente do fluxo de benefício do ativo e valor justo (CFC, 2007, p. 5).

Dessa forma, a avaliação e mensuração do valor dos bens móveis e imóveis não se limitariam ao registro do custo histórico.

Em 2008, o CFC publicou a NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, publicada em 2008, que prevê a obrigatoriedade do reconhecimento mensal no resultado do exercício da depreciação, amortização e exaustão dos bens públicos, incorporados após o dia 1º de janeiro de 2010.

A partir disso, a STN emitiu, no Manual do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), a Macrofunção nº 020330 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, ratificando a obrigatoriedade desses procedimentos. A aplicação da depreciação foi condicionada, contudo, à existência de uma base monetária confiável, sendo necessário, portanto, o ajuste do valor dos bens registrados.

O MCASP trouxe a fusão entre o disposto pelo CFC e pela Lei 4.320/64, na medida em que define que a mensuração do ativo imobilizado deve ser feita, inicialmente, pelo valor de aquisição, produção ou construção. Após o reconhecimento inicial, o imobilizado será valorado pelo valor justo, atualizado pela depreciação, amortização ou exaustão, por reavaliações periódicas e perdas por redução a valor recuperável.

## 2.2 Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*)

O *impairment* seria “o instrumento utilizado para adequar o ativo a sua real capacidade de retorno econômico” (SILVA et al, 2006, p.2), definição esta que é praticamente idêntica à apresentada na página 80 do MCASP.

A IPSAS nº 21, define o *impairment* como a perda de benefícios econômicos ou potencial de serviços futuros do ativo superior à redução reconhecida pela depreciação. Os benefícios trazidos pelos ativos podem ter ou não influência na geração de caixa pelas entidades, dessa forma, o IFAC faz uma distinção entre ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa.

Os ativos geradores de caixa seriam aqueles que teriam como finalidade principal a geração de retorno comercial, sendo compatíveis com as entidades que têm fins lucrativos. A esses ativos, aplica-se a IPSAS nº 26. O IFAC reconhece, contudo, que a maioria dos ativos mantidos pelas entidades públicas, que não se caracterizam como empresas estatais, não é destinada à geração de caixa, aplicando-se a esses ativos, portanto, as disposições da IPSAS nº 21.

No Brasil, a Redução a Valor Recuperável (*impairment*) foi introduzida pela NBC T 16.10, no entanto, a abordagem dessa norma foi extremamente limitada. O MCASP traz maiores informações sobre o *impairment*, no entanto, são orientações mais caracterizadas pela generalidade. O detalhamento do procedimento é trazido pela Macrofunção SIAFI nº 020330, que elenca as situações em que pode ser identificada a perda por *impairment*, como a cessação ou diminuição a longo prazo das demandas ou necessidades dos serviços fornecidos pelo bem, dano físico, mudanças significativas no ambiente tecnológico, legal ou de política de governo, mudanças na maneira de utilização do bem, queda significativa do valor de mercado, dentre outras.

Dessa forma, sendo constatado que o valor contábil dos ativos é superior ao valor recuperável, reconhece-se a perda por *impairment*, uma vez que “os ativos devem ser evidenciados nas demonstrações contábeis de forma a refletir os fluxos futuros que a entidade espera obter em virtude de possuir tal ativo” (STN, MCASP, 2011, p. 80).

Ressalta-se que, na contabilização do *impairment*, o valor da perda é levado ao resultado do exercício.

## 3 PROCEDER METODOLÓGICO

O presente artigo tem caráter exploratório, sendo os dados levantados resultantes de pesquisa bibliográfica, utilizada como meio de investigação para o levantamento de informações para a parte exploratória. Primordialmente, a investigação bibliográfica constituiu-se em consultas à legislação vigente, sendo consideradas as informações extraídas de leis federais, resoluções e normas emitidas pelo CFC e pela STN, além das normas

internacionais pertinentes, emitidas pelo IFAC. Já a pesquisa bibliográfica implicou em consulta a artigos de periódicos, livros, publicações científicas e páginas da *internet* a respeito do tema.

Como estratégia de pesquisa, foi desenvolvido um estudo de caso, que se caracteriza pelo estudo concentrado de um único caso, visando, em pesquisas relacionadas à Contabilidade, à configuração, análise ou aplicação de instrumentos ou teorias contábeis (RAUPP e BEUREN, 2004, p. 84).

Com vistas a promover melhor entendimento sobre o tema, será apresentado exemplo prático da aplicação do procedimento aos ativos imobilizados da ANEEL.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL é uma autarquia federal, criada pela Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996, tendo como funções principais a regulação e fiscalização do mercado de energia elétrica, de forma a garantir o equilíbrio entre as necessidades dos consumidores, agentes do setor elétrico e do Governo, em benefício da Sociedade.

A pesquisa teve como foco a aplicação do teste de recuperabilidade aos ativos imobilizados registrados entre janeiro de 1997 e dezembro de 2009 na conta de Bens Móveis denominada Equipamentos de Processamento de Dados.

No Balanço Patrimonial da ANEEL referente ao exercício de 2011, o valor da conta de Equipamentos de Processamento de Dados corresponde a aproximadamente 21,35% do Ativo Real, sendo a mais representativa dentre as contas do imobilizado. Além disso, nessa conta são registrados os bens de informática, que apresentam uma variação de preços considerável no mercado, frente ao constante desenvolvimento de novas tecnologias, justificando sua escolha a escolha para a análise deste artigo.

Segundo as normas publicadas, os bens adquiridos antes de 2010 não possuem uma base monetária confiável para que seja aplicada a depreciação, sendo exigida a atualização dos valores pela aplicação do *impairment* da reavaliação. A aplicação do teste aos 1900 bens registrados na conta de Equipamentos de Processamento de Dados adquiridos antes de 2010 tem como objetivo verificar a defasagem do valor desses ativos.

O teste de *impairment* realizado segue as determinações da Macrofunção SIAFI 020330, apresentando os seguintes passos: 1) identificação do valor recuperável; 2) apuração do valor líquido contábil; 3) identificação do valor da perda por *impairment*; 4) registro da redução ao valor recuperável

#### **4 ANÁLISES E RESULTADOS DA PESQUISA**

O destaque à importância da informação atualizada sobre o valor do Imobilizado advém da mudança na orientação da Contabilidade Pública, que, pela convergência com as normas internacionais, tem aumentado o caráter patrimonial dos procedimentos contábeis, em detrimento do enfoque estritamente orçamentário assumido no âmbito da Administração Pública (DARÓS e PEREIRA, 2009, p.1). Dentre outros, essa informação poderá ser utilizada no próprio planejamento da distribuição do orçamento entre os entes públicos. Pode-se verificar, por exemplo, a priorização de destinação de orçamento para a renovação dos recursos de informática de um órgão em detrimento de outro que já tenha um parque tecnológico mais valorizado.

Pelo Balanço Patrimonial da ANEEL do ano de 2011, pode-se levantar a representatividade do Imobilizado dentro do grupo dos Ativos. Conforme se verifica abaixo, o Imobilizado foi valorado em R\$ 28.956.198,49, correspondentes a 39,11% do total do Ativo Real.

**Quadro 1: Balanço Patrimonial da ANEEL, referente ao exercício findo em 31/12/2011.**

Em R\$

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	2011	TÍTULOS	2011
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	22.386.989,03	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	19.902.426,44
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	22.386.989,03	DEPÓSITOS	720.062,68
		OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	19.024.642,25
		VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	157.721,51
<b>ATIVO NÃO FINANCEIRO</b>	51.085.132,24	<b>PASSIVO NÃO FINANCEIRO</b>	-16.102.147,91
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	20.132.999,23	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	-16.102.147,91
Créditos em Circulação	19.530.636,49		
Bens e Valores em Circulação	602.362,74	<b>PASSIVO REAL</b>	<b>3.800.278,53</b>
Estoques	602.362,74		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.995,50	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>69.671.842,74</b>
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	7.995,50	PATRIMÔNIO/CAPITAL	77.793.328,77
PERMANENTE	30.944.137,51	Patrimônio	77.793.328,77
Imobilizado	28.956.198,49	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-3.531,57
Bens Móveis e Imóveis	30.389.590,40	RESULTADO DO PERÍODO	-8.117.954,46
Bens Móveis	28.117.716,77	Situação Patrimonial Ativa	73.472.121,27
<b>Equipam. De Processamento de Dados</b>	<b>15.685.772,81</b>	Situação Patrimonial Passiva	-81.590.075,73
Bens Imóveis	2.271.873,63		
Instalações	2.271.873,63		
Depreciações, Amortizações e Exaustões	-1.433.391,91		
Intangível	1.987.939,02		
<b>ATIVO REAL</b>	<b>73.472.121,27</b>		
<b>ATIVO COMPENSADO</b>	<b>7.864.252.525,51</b>	<b>PASSIVO COMPENSADO</b>	<b>7.864.252.525,51</b>
<b>ATIVO</b>	<b>7.937.724.646,78</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>7.937.724.646,78</b>

Fonte: Sistema de Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Note-se, ainda, que, dentro do Ativo Imobilizado, a conta de Bens Móveis é a mais representativa (97,10% do valor total do Imobilizado), o que é compatível com a estruturação do Patrimônio de uma entidade que desempenha funções burocráticas e não dispõe de um Edifício-Sede de sua propriedade.

Ressalta-se, contudo, que o valor da conta de Bens Móveis na ANEEL nunca foi revisto, sendo a Depreciação Acumulada referente apenas aos bens adquiridos a partir de janeiro de 2010. A distorção dos valores é razoável, podendo ser citados bens adquiridos em 1998, registrados ainda pelo valor original e que, provavelmente, não seriam avaliados nem mesmo em 10% desse valor, em função da defasagem tecnológica e obsolescência sofridos por mais de uma década.

As normas brasileiras preveem a utilização de dois instrumentos para a atualização dos valores do imobilizado: a reavaliação e o *impairment*. É importante destacar que existem

diferenças fundamentais entre esses dois instrumentos, sendo a mais evidente a periodicidade da reavaliação. Segundo o MCASP e a Macrofunção SIAFI 020330, deve-se aplicar a reavaliação anualmente, para ativos que tenham variação significativa de valor, e a cada 4 anos, para os demais. Esse fato contrasta com a determinação de que a redução a valor recuperável seja aplicada somente na ocorrência dos casos específicos enumerados nas normas. Com isso, verifica-se que não há limitação no tempo para a aplicação do *impairment*, podendo o teste ser realizado, inclusive, mais de uma vez ao ano, se o ativo se enquadrar em mais de uma das situações elencadas como determinantes da aplicação desse instrumento. Na mesma linha, verifica-se que não há exigência para a realização da redução a valor recuperável se essas situações não ocorrerem, portanto, para alguns ativos, esse procedimento pode não ser necessário nenhuma vez, ou apenas uma, para atualização da base monetária para início da depreciação.

No caso prático da pesquisa realizada sobre os bens de informática da ANEEL, a aplicação desse procedimento para os bens adquiridos antes do mês de janeiro de 2010 justifica-se pelo enquadramento desses bens nas situações de danos físicos e mudanças significativas no ambiente tecnológico, que culminaram na queda significativa do valor de mercado.

O Imobilizado é adquirido com objetivo de servir a um período superior a um único exercício, portanto, o desgaste sofrido em cada exercício deve ser lançado no respectivo Resultado. Esse lançamento é feito pela contabilização da Depreciação. A Despesa de Depreciação, nesse caso, representa a parcela do ativo que foi “consumida” em determinado exercício. Sendo o desgaste superior ao valor reconhecido pela depreciação, registra-se a perda por *impairment*.

Antes de seu reconhecimento, a redução ao valor recuperável exige a apuração do valor contábil líquido do ativo, ou seja, na prática, antes de se registrar uma perda por *impairment* ou o aumento do valor pela reavaliação, deve-se deduzir o valor da depreciação reconhecida até o momento do valor registrado na conta do Imobilizado. Isso implica que a conta de depreciação acumulada deve ser baixada em sua totalidade antes do registro da reavaliação ou da redução a valor recuperável, tendo como contrapartida a própria conta do Ativo Imobilizado (STN, MACROFUNÇÃO 020330, 2012, p. 29).

A primeira grande dificuldade encontrada na aplicação da redução a valor recuperável está na compreensão de qual seria a base de valor a ser apurada para a comparação com o valor contábil líquido do bem. A reavaliação apura o valor de mercado ou valor justo do ativo na data de fechamento do balanço. A redução a valor recuperável, como o próprio nome diz, apura o valor recuperável do ativo. Apesar de parecerem termos que definam a mesma coisa, o valor recuperável apresenta peculiaridades que o diferenciam do valor de mercado.

O valor recuperável exigiria uma comparação entre dois valores: o valor de venda líquido e o valor em uso. O valor de venda líquido seria o próprio valor de mercado deduzido das despesas previstas com a alienação do ativo. A obtenção do valor em uso, contudo, pode ser considerada um pouco mais problemática. A definição de valor recuperável apresenta o valor em uso como resultante do cálculo do valor presente dos fluxos de caixa que se espera sejam gerados pelo ativo durante sua vida útil. Depreende-se, assim, que o valor em uso, da forma como definido, seria mais adequado aos ativos geradores de caixa, que, segundo o MCASP, seriam aqueles mantidos com o objetivo de gerar retorno comercial. Contudo, considerando que a grande maioria dos bens patrimoniais do setor público são ativos não-geradores de caixa (mantidos apenas para uso), surge a dúvida de como deve ser calculado o valor em uso desse tipo de ativo imobilizado.

A IPSAS 21 define o valor em uso de um ativo não-gerador de caixa como o valor de seu potencial de serviço remanescente. Segundo essa norma, esse valor pode ser estimado por três métodos diferentes, conforme a situação:

**Quadro 3: Métodos para cálculo do valor em uso – Ipsas 21**

<b>Indicador de <i>impairment</i></b>	<b>Método para cálculo da perda por <i>impairment</i></b>
Dano físico	Restauração do custo ou custo de reposição deduzido da depreciação
Mudanças tecnológicas, legais ou de políticas ambientais de longo prazo	Custo de reposição deduzido da depreciação
Mudança na maneira de uso, incluindo uma identificada cessação de demanda	Unidades de serviço ou custo de reposição deduzido da depreciação

Fonte: Carvalho; Costa; Oliveira. Impairment no Setor Público: particularidades das normas nacionais e internacionais.

De acordo com a IPSAS 21, o custo de reposição deduzido da depreciação seria adequado para todas as situações indicadas. Esse método consistiria na adoção do valor que seria despendido para a aquisição de um bem novo, igual ou semelhante, deduzido da depreciação que seria lançada se esse novo bem tivesse sido adquirido e entrado em funcionamento na mesma época do bem analisado. Exemplificando, o custo de reposição de um computador adquirido em 2008 seria o valor de um computador igual ou semelhante em 2012, deduzido de sua depreciação acumulada no período de 2008 a 2012.

Na Macrofunção SIAFI 020330, o custo de reposição depreciado é admitido em duas ocasiões: quando o ativo for especializado ou raramente vendido e quando for realizada a reavaliação de bens registrados com valores irrisórios, incorporados anteriormente a 2010. Como não era realizada a reavaliação anteriormente, costumavam-se atribuir valores simbólicos a alguns bens, como R\$ 1,00 ou mesmo R\$ 0,01, especialmente em recebimentos por doação, cessão ou permuta. Em todos os casos, o custo de reposição aparece somente como alternativa, no caso de não ser possível identificar o valor de mercado, ou seja, o valor recuperável não é determinado pela comparação entre o valor de mercado e o valor em uso, mas apenas pelo valor de mercado ou, na falta deste, no caso de ativos especializados, pelo custo de reposição.

A própria definição de redução ao valor recuperável constante da norma mencionada acima omite a necessidade de apuração do valor em uso. Segundo ela, a redução ao valor recuperável seria apenas o ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes (STN, MACROFUNÇÃO 020330, 2012, p.5). Como crítica a essa disposição da norma, podemos citar o fato de que os bens públicos componentes do ativo imobilizado não têm como função a geração de renda pela venda, portanto, o valor de reposição talvez seja mais adequado para a determinação do valor base para a atualização do valor registrado de um ativo imobilizado. O MCASP reconhece a importância do valor em uso para os bens patrimoniais públicos, ao indicar que o valor de mercado não deve ser o único a ser considerado no teste de imparidade (STN, MCASP, 2011, p. 90).

O texto da referida definição omite, ainda, a necessidade de dedução do custo de alienação do ativo, talvez em função da subjetividade do cálculo desse fator. Nem sempre o desfazimento de um bem implica em venda. Dentre as modalidades de desfazimento de bens móveis elencadas pelo Decreto 99.658/90 estão: cessão, permuta, leilão e doação. Se o bem for leilado, devem-se apurar as despesas com a organização, contratação de leiloeiro credenciado, etc. No caso de cessão, permuta ou doação, os custos geralmente não são significativos, quando não são praticamente nulos. De qualquer forma, a definição da modalidade de desfazimento de um bem móvel geralmente não se dá antes da composição do

efetivo processo. Assim, considerando-se que a realização do *impairment* não implica, necessariamente, no desfazimento do ativo, verifica-se a dificuldade de determinação do custo de sua futura alienação. Dessa forma, torna-se compreensível a disposição do Tesouro Nacional em suprimir a determinação de apuração dos custos de alienação para aplicação do *impairment*, de forma a simplificar e padronizar o procedimento.

O Princípio da Legalidade, previsto no artigo 37 da Constituição de 1988, impõe ao agente público a aplicação do disposto nas leis e normas que regem a Administração Pública, portanto, considera-se que o valor recuperável será determinado pela apuração do valor de mercado ou, caso não seja possível a identificação deste, devido à especialização do ativo ou do fato de ser raramente vendido, pelo valor de reposição depreciado.

Superadas as dúvidas acerca do valor recuperável, o próximo questionamento está relacionado à obtenção do valor de mercado. Onde procurar, ou melhor, qual seria a fonte legítima para se pesquisar o valor de mercado dos ativos, que seja confiável o suficiente para suportar o laudo técnico?

A Macrofunção SIAFI 020330 orienta que a apuração do valor de mercado deve ser feita por meio de “consultas eletrônicas a sistemas governamentais” (STN, MACROFUNÇÃO 020330, 2012, p. 47), citando como exemplo o Comprasnet e o SIADS.

Pode-se questionar, contudo, se esses sistemas terão informação sobre todos os bens existentes. Caso eles não disponham da informação procurada, onde esta pode ser obtida? O MCASP cita outras fontes de informações conhecidas, como a tabela de preços médios de veículos elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, mas a Macrofunção SIAFI 020330 não reconhece outras fontes que não os sistemas governamentais. Como alternativa à impossibilidade de se identificar o valor de mercado dos bens nesses sistemas, a Macrofunção determina outros dois procedimentos, aplicáveis de acordo com a situação do bem analisado.

O primeiro é aplicável aos casos de bens adquiridos antes de 2010, ainda registrados pelo valor histórico. A Macrofunção determina que, na impossibilidade de se apurar o valor de mercado desses bens mediante consultas aos sistemas governamentais, o valor recuperável seja apurado, em caráter excepcional, pela estimativa da depreciação que seria lançada até o final do exercício de 2009, se este procedimento fosse vigente. Ou seja, no caso de um computador adquirido em 2008, determina-se que o valor da redução a valor recuperável é equivalente à depreciação que deveria ter sido apurada sobre o valor histórico até o fim do ano de 2009. A norma argumenta que, caso a depreciação já fosse praticada desde a aquisição do bem, já haveria uma base monetária confiável, não sendo necessário fazer uma nova mensuração.

O segundo procedimento deve ser aplicado aos bens registrados com valores irrisórios. O já mencionado método do custo de reposição depreciado restringe-se, portanto, aos casos de reavaliação, sendo justificado pela norma por “aproximar o valor do bem, que já estava sendo utilizado há algum tempo, a um valor confiável” (STN, MACROFUNÇÃO 020330, 2012, p. 54).

Ressalte-se que a Macrofunção não apresenta alternativa à falta de informação dos sistemas governamentais para os bens adquiridos após 2010 e, portanto, já depreciados, que necessitem, eventualmente, submeter-se ao teste de *impairment*.

O próximo questionamento diz respeito ao detalhamento do bem cujo valor servirá de referência para a determinação do valor de mercado. É necessário que o bem procurado tenha exatamente as mesmas características do bem a ser avaliado? Em caso afirmativo, o próprio avanço tecnológico pode prejudicar essa consulta. Existe grande dificuldade em se encontrar,



por exemplo, o valor de mercado de determinada câmera digital, que tenha apenas 8 MP (megapixels), uma vez que as câmeras mais vendidas atualmente, que seriam apropriadas para utilização nas mesmas ocasiões e atividades daquela, têm, no mínimo, 12 MP.

No caso do reconhecimento de *impairment* por dano físico, quais as chances de se encontrar outro bem que tenha exatamente as mesmas características e os mesmos danos? Os esforços depreendidos na busca do bem com exatamente as mesmas características não seriam compatíveis com a exigência de que a produção da informação deve observar o custo-benefício. Para esse caso, talvez o correto fosse seguir a linha apresentada pela IPSAS 21 e apurar o valor de restauração do bem, ou seja, verificar o valor a ser despendido com o conserto ou substituição da peça avariada e deduzi-lo do valor contábil do bem, apurando-se, assim, o valor em uso. Ressalta-se, contudo, que as normas brasileiras estudadas não regulamentaram a utilização do valor de restauração como valor em uso.

Tanto o MCASP quanto a Macrofunção SIAFI 020330 determinam que, na impossibilidade de se verificar o valor de mercado do ativo, pode-se defini-lo com base em parâmetros de referência que levem em consideração características, circunstâncias e localizações assemelhadas. Cabe, portanto, à discricionariedade do agente público a determinação das características semelhantes às do bem a ser avaliado.

Por fim, além das dúvidas apresentadas, a falta de pessoal disponível também é apontada como um dos fatores que representa dificuldade para realizar esse procedimento pela ANEEL. A equipe responsável pelo gerenciamento dos bens patrimoniais da Agência conta, atualmente, com dois servidores.

A solução estaria na possibilidade de contratação de empresa de consultoria para a avaliação dos ativos, prevista pelo MCASP. No entanto, a Macrofunção SIAFI 020330 determina que a redução ao valor recuperável seja realizada por comissão composta por, no mínimo, três servidores, que elaborarão laudo de avaliação, indicando a descrição detalhada de cada bem, sua identificação contábil, os critérios utilizados para a avaliação, bem como sua fundamentação, a vida útil do bem e a data da avaliação.

Destaca-se aqui a questão do custo-benefício. Caberia verificar se a informação contábil gerada pela atualização dos valores dos bens é relevante o suficiente para compensar o alto custo da contratação de empresa especializada ou mesmo de novos servidores públicos.

Com relação à pesquisa realizada, em análise feita aos ativos da ANEEL, verificou-se que, do total de 16.948 bens registrados no patrimônio até o mês de dezembro de 2011, 3.483 estão classificados como Equipamentos de Processamento de Dados (subdivisão da conta de Bens Móveis, integrante do Imobilizado). Destes, 1900 foram registrados antes de janeiro de 2010. Em termos de valores, do total de R\$ 28.117.716,77, apurado para a conta Bens Móveis ao final do exercício de 2011, R\$ 15.685.772,81, ou seja, praticamente 55,80%, é equivalente a bens de informática, registrados na conta de Equipamentos de Processamento de Dados. O total de bens incorporados a esta conta adquiridos antes de 2010 é de R\$ 11.498.736,48, que corresponde a aproximadamente 50% do valor total dos Equipamentos de Processamento de Dados apurado em 2011.

A presente pesquisa teve como foco a aplicação do teste de *impairment* a esses 1900 ativos, registrados entre janeiro de 1997 e dezembro de 2009, de forma a verificar o grau de defasagem do valor do Ativo Imobilizado da autarquia.

O teste foi aplicado de acordo com as instruções apresentadas nos exemplos constantes da Macrofunção SIAFI 020330.

1ª Etapa – Identificação do valor recuperável

Considerando que não foi possível acessar os módulos dos sistemas governamentais indicados para a realização da pesquisa, o valor recuperável foi calculado conforme a alternativa apresentada na norma para o valor de mercado: calculou-se a depreciação que teria sido lançada até dezembro de 2009, com base na vida útil de 5 anos e valor residual de 10%, determinados na tabela constante da macrofunção. O valor recuperável encontrado para os bens é o resultante do valor encontrado para a depreciação acumulada subtraído do valor original registrado na conta Equipamentos de Processamento de Dados em 31/12/2011.

A depreciação até dezembro de 2009 foi calculada em R\$ 4.677.060,28, sendo, o valor recuperável, portanto, de R\$ 6.821.676,20 (R\$ 11.498.736,48 – R\$ 4.677.060,28).

#### 2ª Etapa – Apuração do valor líquido contábil

O valor contábil líquido é fruto da dedução do valor da depreciação acumulada do valor total registrado na conta. Considerando que a depreciação não era praticada antes de 2010, o valor contábil líquido dos bens em análise é o mesmo valor original registrado: R\$ 11.498.736,48.

#### 3ª Etapa – Identificação do valor da redução

Pela comparação do valor contábil líquido com o valor recuperável apurado, determina-se o valor a ser reduzido pelo *impairment* dos ativos. No caso em análise, o valor recuperável, calculado em R\$ 6.821.676,20, é aproximadamente 40% menor que o valor contábil líquido dos bens incorporados antes de 2010. Dessa forma, fica caracterizada a perda por *impairment*, sendo o valor da redução a valor recuperável o próprio valor calculado para a depreciação até 2009, ou seja, R\$ 4.677.060,28.

#### 4ª Etapa – Registro da Redução a Valor Recuperável

No procedimento normal, antes de se registrar a Redução ao Valor Recuperável, deve-se baixar toda a depreciação acumulada, tendo como contrapartida o crédito do valor da conta contábil de Imobilizado, no caso, Equipamentos de Processamento de Dados. Considerando a inexistência de depreciação acumulada registrada nesse caso, apenas a título de exemplo, segue o lançamento correto:

D Depreciação Acumulada

C Bens Móveis – Equipamentos de Processamento de Dados

Conforme mencionado anteriormente, a norma determina que a redução a valor recuperável, para os bens adquiridos antes de 2010, seja reconhecida na conta Ajustes de Exercícios Anteriores (Patrimônio Líquido) e não na conta Redução ao Valor Recuperável (Resultado). O lançamento, portanto, deverá ser o seguinte:

D Ajustes de Exercícios Anteriores R\$ 4.677.060,28

C Bens Móveis R\$ 4.677.060,28

Os ajustes decorrentes do reconhecimento do *impairment* promoveram a atualização do valor da conta Equipamentos de Processamento de Dados até dezembro de 2009, gerando uma base monetária confiável para o início oficial da depreciação dos bens analisados. A fim de atender às disposições da Macrofunção SIAFI 020330, em observação ao prazo limite, seria necessário calcular a depreciação a ser reconhecida durante os anos de 2010 e 2011, respeitando-se a vida útil remanescente para cada bem. Considerando que o objeto estudado nesse artigo é a aplicação da redução ao valor recuperável, a análise levará em conta apenas o valor referente a este procedimento, sendo o impacto do cálculo da depreciação a partir de 2010 desconsiderado.

Pela aplicação do procedimento, verifica-se que o valor total do Imobilizado em 31/12/2011 (R\$ 28.956.198,49) encontrava-se supervalorizado em 16,15%. O valor total da conta de Equipamentos de Processamento de Dados passaria de R\$ 15.685.772,81 para R\$ 11.008.712,53, uma redução de aproximadamente 30%.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as Normas Brasileiras de Contabilidade, a NBC T 16.10, o MCASP e a Macrofunção SIAFI 020330, em convergência com as Normas Internacionais, em especial a IPSAS nº 21, estabeleceram as regras para a realização do *impairment* para os ativos imobilizados do setor público. Entretanto, alguns fatores ainda confundem e atrapalham sua aplicação. As definições apresentadas nas normas trazem dificuldades à compreensão desse procedimento, levantando dúvidas acerca da forma de apuração do valor recuperável e sobre as fontes consideradas confiáveis para a obtenção do valor de mercado.

A revisão dessas normas de forma a incluir algumas premissas que se previstas na IPSAS 21, com destaque para a definição e aplicação do valor em uso. A maioria dos ativos desse setor não é destinada à geração de receita, sendo impraticável a mensuração de fluxos de caixa esperados para a identificação do valor em uso. Uma maior exploração das formas de mensuração do valor em uso apresentada na IPSAS, quais sejam restauração do custo, custo de reposição depreciado e unidades de serviço poderiam melhorar o entendimento e a aplicação do *impairment*.

Outro problema levantado foi a falta de pessoal, que poderia ser sanado pela contratação de empresa especializada. Caberia, contudo, avaliar se os custos empregados nesse trabalho são superiores ao benefício gerado pela produção da informação, de forma a respeitar a relação de custo-benefício.

A importância do ativo imobilizado para a ANEEL encontra-se na sua representatividade frente ao Ativo Real, mensurada, no ano de 2011, em aproximadamente 40%. Essa informação, pelo que se verificou no estudo realizado, não representa a realidade desses ativos, ferindo duas das características essenciais de validade da informação contábil: a fidedignidade e a relevância.

A aplicação do teste de *impairment* nos ativos imobilizados registrados na conta de Equipamentos de Processamento de Dados, apurou que o valor dessa conta publicado no Balanço Patrimonial de 2011 encontrava-se supervalorizada em aproximadamente 30%. A mencionada conta é a mais representativa do Imobilizado, que estaria desvalorizado em aproximadamente 16,15%.

A utilidade da informação contábil depende de sua comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade, mas, sobretudo, de sua relevância e representação fidedigna. A informação apresentada no Balanço Patrimonial da ANEEL de 2011 não reflete a realidade, tornando prejudicadas as análises que a tenham por subsídio. A relevância da informação sobre o valor correto dos ativos imobilizados está relacionada à gestão dos bens e ao processo de tomada de decisão ligado a esta, à orientação de políticas de distribuição de recursos entre os órgãos e entidades da Administração Pública, além de atender ao usuário mais interessado: a Sociedade. Dessa forma, demonstra-se a importância da atualização dos valores dos ativos imobilizados pela aplicação do teste de *impairment*.

## REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Maury. “Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais”. In: BEUREN, Ilse Maria (Coord.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e prática**. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2004. 195 p.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 99.658**, de 30 de outubro de 1990. Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D99658.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D99658.htm). Acesso em: 15 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm) Acesso em: 26 abr. 2012

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. **Portaria nº 184**, de 25 de agosto de 2008. Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/legislacao/portarias/2008/portaria184.asp>. Acesso em: 23 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual SIAFI – Macrofunção 020330 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações**. Última atualização em 20 de abril de 2012. Disponível em: <http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/020000/020300/020330/>. Acesso em: 23 de abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Tesouro Nacional. **Portaria STN n. 406**, de 20 de junho de 2011. Disponível em: [http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ParteII\\_PCP2011.pdf](http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ParteII_PCP2011.pdf). Acesso em: 20 de jan. 2013

CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de; COSTA, Patrícia de Souza; OLIVEIRA, Alan Teixeira de. Impairment no setor público: particularidades das normas nacionais e internacionais. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, vol.44, n.4, Jul/Ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n4/v44n4a05.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2012

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n. 750**, de 31 de dezembro de 1993. Dispõe sobre os princípios fundamentais de contabilidade (PFC). Disponível em: [http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_750.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_750.doc). Acesso em: 23 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. **Resolução CFC n. 1.121**, de 01 de abril de 2008. Aprova a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL (NBC T 1) - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das

Demonstrações Contábeis. Disponível em:

<[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1121.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1121.doc)>. Acesso em: 08 maio 2012

\_\_\_\_\_. **Resolução CFC n. 1.136**, de 25 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão. Disponível em:

<[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1136.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1136.doc)>. Acesso em: 30 abr. 2012

\_\_\_\_\_. **Resolução CFC n. 1.137**, de 25 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público. Disponível em:

<[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1137.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1137.doc)>. Acesso em: 30 abr. 2012

\_\_\_\_\_. **Resolução CFC n. 1.111**, de 05 de dezembro de 2007. Aprova o Apêndice II da Resolução CFC nº. 750/93 sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1111.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1111.doc)>. Acesso em: 27 fev 2013.

DARÓS, Leandro Luís; PEREIRA, Adriano de Souza. Análise das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP: Mudanças e desafios para a Contabilidade Pública. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 09., 2009, São Paulo. **Anais do 9º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2009**. Disponível em:

<<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos92009/467.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2012.

FERRAREZI, M. A. D. O. ; SMITH, M. S. J. *Impairment* - conceitos iniciais e seu impacto pelo valor de mercado: estudo de caso de uma sociedade Ltda. da cidade de Franca. In: IX Encontro de Pesquisadores e II Forum de Estudos Multidisciplinares, 2008, Franca. FACEF, 2008. Disponível em:

<<http://www.facef.br/novo/publicacoes/IIforum/Textos%20EP/Maria%20Amelia%20e%20Marines.pdf>>. Acesso em 17 jul. 2012.

*INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). IPSAS 21 – Impairment of non-cash-generating Assets*. 2008. Disponível

em: <<http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/ipsas-21-impairment-of-no.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

SILVA, Luiz Ivan dos Santos; BRITO, Carlos Alberto Oliveira. Informação Contábil no Ambiente Globalizado. **Sitientibus – Revista da Universidade Federal de Feira de Santana**, Feira de Santana, n. 27, p.179-203, jul/dez 2002. Disponível em:

<[http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/27/a\\_informacao\\_contabil.pdf](http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/27/a_informacao_contabil.pdf)>. Acesso em: 09 maio 2012.

SILVA, P. D. A. et al. *Impairment* de Ativos de Longa Duração: Comparação entre o SFAS 144 e o IAS 36. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais do 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2006**. Disponível em: <[www.congressousp.fipecafi.org/artigos62006/594.pdf](http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos62006/594.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2012.

SZUSTER, Natan; FERNANDES, Fernanda da Silva. Comparação entre Redução ao Valor Recuperável de Ativos e Reavaliação de Ativos. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 45, p. 5-13, jul./set. 2009. Disponível em:

<<http://www.spell.org.br/documentos/download/102>> . Acesso em: 06 ago. 2012.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Avaliação Patrimonial em Contabilidade à Valores de Entrada e Saída. **Caderno de Estudos**, São Paulo, FIPECAFI, Out. 1992. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad06/avaliacao.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2012.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, Maria Goreth Miranda; HAJJ, Zaina Said El. Mensuração e Avaliação do Ativo: uma revisão conceitual e uma abordagem do Goodwill e do ativo intelectual. **Caderno de Estudos, São Paulo, n. 16, Jul/Dez. 1997**. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-92511997000300005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-92511997000300005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 abr. 2012.

ALVES, Maria Bernadete Martins; ARRUDA, Susana M. Como Fazer Referências: bibliográficas, eletrônicas e demais. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/framerefer.html>>. Acesso em: 30 jan 2013.

FRAGOSO, Adriana Rodrigues et al. Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e o Desafio na Convergência: Uma Análise Comparativa IPSAS e NBCTSP. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. **Anais do 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2010**. Disponível em:<<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos102010/92.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. Uma Investigação e uma Proposição sobre o Conceito e o Uso do Valor Justo. **Revista de contabilidade e finanças**, Jun 2007, vol.18, n.spe, p.09-18. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18nspe/a02v18sp.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2012.